



Rota de Pedestres em João Pessoa-PB: Dificuldades e Oportunidades para o City Tour

Adriana Brambilla
Alessandra Souza Queiroz
Francinete da Silva Guilherme
Danilo Henrique Gonçalves Coutinho

Resumo:

O patrimônio compreende as nossas manifestações culturais e tem importância econômica, histórica e social, representa a nossa identidade, está diretamente ligada à garantia da memória da cidadania. No caso específico da cidade de João Pessoa/PB, o seu Centro Histórico possui uma grande importância por estar diretamente envolvido com a fundação da capital paraibana, sabendo disso a rota de pedestre é um projeto de sinalização turística para pedestres no centro da cidade, sua importância está na originalidade e é uma forma de conhecer o que sobreviveu ao tempo. Nesse sentido, o objetivo geral desse trabalho é conhecer um pouco dessa alternativa para o turismo pessoense e analisar os motivos pelo qual a rota de pedestre não é mais utilizada e a possibilidade dela ser reimplantada. Foram realizadas pesquisas documental, bibliográfica e entrevista, que demonstram que a rota de pedestre nunca deixou de existir, e que a falta de segurança é um agravante para que a comunidade local e os turistas percam o interesse.

Palavra chave: Patrimônio cultural; Turismo; Rota de pedestre; Centro Histórico

Summary:

The patrimony, besides understanding our cultural manifestations and having economic, historical and social importance, also represents our identity, is directly linked to the guarantee of the memory of citizenship. In the specific case of the city of João Pessoa, its Historic Center is of great importance because it is directly involved with the foundation of the capital of Paraíba, knowing that the pedestrian route is a tourist signaling project for pedestrians in the city center of João Pessoa / PB, its importance is in the originality and is a way to know what survived to the time. In this sense, the general objective of this work is to know a little about this alternative for personal tourism and to analyze the reasons for not being used anymore and the possibility of being reimplanted. Documentary, bibliographical and interview researches were carried out, demonstrating that the pedestrian route never ceased to exist, and that lack of security is an aggravating factor for the local community and tourists to lose interest.

Key words: Cultural heritage; Tourism; Pedestrian route; Historic Center

Introdução

Tida como uma das três cidades mais antigas do Brasil (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2000), a capital paraibana apresenta um considerável acervo de construções históricas. Mesmo com seu rico patrimônio cultural, quando se refere ao turismo na cidade de João Pessoa, se remete imediatamente ao turismo de sol e mar, resultado das campanhas publicitárias. Uma das opções de turismo no Centro Histórico de João Pessoa era a rota de pedestre, que nos dias atuais não está mais nos catálogos de venda das agências de turismo. Mesmo a ideia da rota de pedestre não sendo uma exclusividade de João Pessoa, caso do projeto Linha Pinhão – Pegadas da Memória em Curitiba (Dantas, 2014), ainda tinha sua originalidade e era uma forma de conhecer o passado da cidade. Com isso o objetivo desse trabalho é conhecer um pouco dessa

11º Fórum Internacional de Turismo do Iguassu
28,29 e 30 de junho de 2017
Foz do Iguazu – Paraná - Brasil

alternativa para o turismo pessoense e analisar os motivos pelo qual a rota de pedestre não é mais utilizada e a possibilidade dela ser reimplantada.

Metodologia

Para o alcance de tal objetivo foi realizada uma pesquisa documental, que se parece muito com a bibliográfica, diferenciando-se na natureza das fontes, uma vez que essa forma se vale de materiais que ainda não tiveram um tratamento analítico ou podem ser reelaborados conforme os objetos da pesquisa (GIL, 2008). E bibliográfica que segundo Raupp e Beuren (2006, p. 86) “tem como objetivo recolher informações e conhecimentos prévios a cerca de um problema para qual se procura respostas ou acerca de uma hipótese que se quer experimentar” (RAUPP e BEUREN, 2006, p. 86). Para que dessa forma pudesse colhe o máximo de informações disponível na internet, e completando a coleta de informações na Secretária Municipal de Turismo de João Pessoa através de entrevista com o profissional responsável, uma vez que a entrevista é uma técnica de coletar dados onde as perguntas e respostas são respondidas oralmente, ela é utilizada para captar informações a respeito do que as pessoas sabem, explicações e interpretações que ocorrem em uma determinada realidade (GIL, 2008). A escolha da pesquisa qualitativa, se deu, pois, “ a pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (FONSCECA, 2002. p. 20). A entrevista foi realizada com o órgão da Prefeitura de João Pessoa/PB a Secretaria Municipal de Turismo (SETUR), onde sua responsabilidade está no desenvolvimento do Turismo municipal, bem como acompanhar e elaborar estratégias para o desenvolvimento, afim de fazer crescer o potencial turístico da cidade de João Pessoa (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA. s/d).

Patrimônio Cultural e o turismo cultural

Quando falamos em patrimônio cultural, estamos nos referindo a todos os fatos que nós seres humanos deixamos ao longo da nossa trajetória na terra, através dele podemos identificar indivíduos pertencentes a diferentes grupos humanos, seja no modo de vestir, na tecnologia, na música, nas lendas e arquiteturas (ALFONSO, 2013). De acordo com a Constituição Federal em seu artigo 216:



constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Dessa forma, por meio do patrimônio cultural se torna possível a conscientização das pessoas, fazendo com que elas ao mesmo tempo obtenham conhecimentos para a compreenderem a história local, adequando-os à sua própria história. (MESTRADO PATRIMONIO CULTURAL, 2009). O patrimônio além de compreender as nossas manifestações culturais provenientes dos nossos ancestrais e por terem importância econômica, histórica e social, também representa a nossa identidade. Por isso, uma das razões para a preservação do patrimônio está na garantia da memória da cidadania, uma vez que não é coerente discutir sobre proteção dos bens culturais sem incluir os próprios interesses da comunidade, pois é ela a verdadeira defensora dos seus valores patrimoniais ao longo do tempo (PATRIMÔNIO CULTURAL, 2009).

Segundo Silva (2000), o conceito na percepção clássica de patrimônio cultural, faz referência à herança que herdamos do passado e que repassamos as gerações futuras, ou seja, todas essas manifestações de cultura geradas pelo homem tem uma existência em tempo e espaço, algumas delas desaparecem outras conseguem sobreviver e alimentam a criatividade das novas gerações fazendo com que a cultura flua.

Hungues de Varineboham analisou a problemática do patrimônio cultural em uma perspectiva bastante abrangente, dividindo o patrimônio cultural em três categorias, o primeiro referindo-se aos recursos naturais, neles estão os rios, as águas dos rios, os peixes que nelas habitam e todo o meio ambiente e seus recursos que nos proporcionam construir, plantar, ter climas diferentes e contemplar diversas paisagens. O segundo elemento faz referência ao saber, aos conhecimentos técnicos que são a parte não intangível do patrimônio, essa vai desde o modo de caçar até os cálculos complexos da matemática bem como os avanços tecnológicos. O terceiro grupo de elementos, o mais importante para Hungues, reúne os bens culturais, como os artefatos as construções que foram realizadas a partir do saber fazer e dos recursos do meio ambiente. Ou seja, em uma podemos perceber a importância da relação do meio ambiente, o saber, o artefato, o

homem e a natureza. Bem como, podemos perceber que não se pode nem se consegue medir o número exato de bens que compõem o patrimônio cultural de um povo (LEMOS, 1981).

Leandro (2006) também descreve uma problemática envolvendo o patrimônio cultural e o que se decide fazer com ele. O autor se mostra indignado sobre como o patrimônio é tratado pelo poder público e privado, considerando apenas o lado econômico.

No Brasil, a ideia de patrimônio histórico enquanto oferta turística contagiou os discursos do poder público e empreendedores privados, notadamente a partir dos anos 1990. O valor cultural do patrimônio tem sido substituído pelo valor turístico segundo o modelo da “indústria turística”. A preservação do patrimônio está cada vez mais condicionada à existência de “parcerias”. O uso do patrimônio é definido pelo Estado e pelas empresas. E qual o uso desejado pela comunidade local?(LEANDRO, 2006, p.60)

O patrimônio cultural não é um objeto estático muito menos imóvel, são conjuntos de valores, cresças e vivências que devem ser respeitadas para que sobrevivam as interferências da modernidade, visto que talvez a interferência provinda do turismo seja o maior agravante, uma vez que o patrimônio cultural é extremamente utilitário para a atividade turística (GOMES, 2007).

Uma vez que todas as atividades de turismo envolvem algum elemento de cultura, seja a visita a uma localidade ou a um evento cultural, ou simplesmente o desfrutar da “atmosfera” de um destino em um café de rua, há uma tentação em considerar todo turismo como “turismo cultural” (RICHARDS, 2009, p. 01).

Assim, as diversas combinações da cultura e do turismo configuram o segmento de Turismo Cultural, que é marcado pela motivação do turista de se deslocar especialmente com a finalidade de vivenciar os aspectos e situações que são peculiares da nossa cultura.

Se retrocedermos no tempo, podemos entender que o nascimento das viagens com fins culturais surgiu na Europa, e inspirado por essas viagens do período renascentista, surgiu o *grand tour*, uma viagem de longo prazo as cidades europeias, com objetivo educacional, com isso pode se dizer que o *grand tour* é um embrião do turismo cultural, por se tratar de uma viagem cultural (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).



De acordo com Konler e Durand (2007), a literatura analítica permite estabelecer duas definições para o turismo cultural, a primeira parte da demanda, fazendo referência aos motivos, experiência de viagem e percepções. A segunda faz referência a aspectos da oferta, que seriam o consumo dos atrativos denominados culturais. Desse modo o que define se determinado espaço ou objeto seja denominado como cultural são as interpretações pessoais dadas às experiências turísticas e as suas motivações (KONLER E DURAND, 2007, p. 187). Segundo o Ministério do Turismo (2010):

O Turismo Cultural implica em experiências positivas do visitante com o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a favorecer a percepção de seus sentidos e contribuir para sua preservação. Vivenciar significa sentir, captar a essência, e isso se concretiza em duas formas de relação do turista com a cultura ou algum aspecto cultural: a primeira refere-se às formas de interação para conhecer, interpretar, compreender e valorizar aquilo que é o objeto da visita; a segunda corresponde às atividades que propiciam experiências participativas, contemplativas e de entretenimento, que ocorrem em função do atrativo motivador da visita (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

Atualmente o turismo cultural é uma realidade para os municípios que buscam valorizar a sua cidade de forma sustentável. Através do turismo cultural quando se valoriza as manifestações culturais, artesanais e a arquitetura da localidade, se pode notar uma melhora na autoestima da população local. E para que o turismo cultural seja de fato atrativo ele deve incluir a comunidade local, não apenas pelo desenvolvimento econômico, mas como propulsor do espírito comunitário e de melhorias no modo de vida das comunidades envolvidas (SCHNEIDER, 2004).

O centro histórico de João Pessoa-PB

O estado da Paraíba surgiu perante o desmembramento da Capitania de Itamaracá, e foi primeiramente ocupada pelos Tupis, das tribos Tabajara e Potiguara (ENDRES, OLIVEIRA e MENEZES, 2007). João Pessoa foi fundada em 05 de Agosto de 1585 com o nome de Nossa Senhora das Neves, em homenagem a Santa Padroeira da cidade. Depois a capital paraibana possuiu outros nomes ao decorrer da história, como:

Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em 29 de outubro de 1585, em atenção ao rei da Espanha D. Felipe II, quando Portugal passou ao domínio Espanhol. Em seguida recebeu o nome de Frederikstadt (Frederica), em 26 de dezembro de 1634, por ocasião da sua conquista pelos holandeses, em homenagem a Sua Alteza, o Príncipe Orange, Frederico Henrique. Novamente mudou de nome, desta vez passando a chamar-se Parahyba, a 01 de fevereiro de 1654,



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

com o retorno ao domínio português, recebendo a mesma denominação que teve a capitania, depois a província e por último o Estado. Em 04 de setembro de 1930, finalmente recebeu o nome de João Pessoa, homenagem prestada ao Presidente do Estado assassinado em Recife por ter negado apoio ao Dr. Júlio Prestes, candidato oficial à Presidência da República, nas eleições de 1930...(UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2000)

O Centro Histórico de João Pessoa é tido por grande importância histórica, por estar diretamente envolvido com a fundação da capital paraibana, a qual surgiu às margens do Rio Sanhauá (DANTAS, 2014). Depois do desenvolvimento da cultura do algodão no Nordeste o crescimento populacional e social subiram na mesma proporção, com isso as famílias mais ricas foram mudando para bairros mais próximos da praia, assim foram surgindo o Parque Solon de Lucena e a Eptácio Pessoa. (ENDRES, OLIVEIRA e MENEZES, 2007). Ainda de acordo com os relatos de Endres, Oliveira e Menezes (2007) foi por meados de 1970 a área central deixa de ser um bairro residencial e passou a abrigar o comércio.

As mudanças urbanas transformaram o centro da cidade num polo de comércio e negócios, resultando numa reordenação espacial das demais atividades. No período entre as décadas de 1960 e 1980, o processo de desvalorização do centro histórico, em particular da Cidade Alta, só aumentou. (DANTAS, 2014).

E essa realidade das décadas de 60, 70 e 80 ainda perdura até hoje. Quando paramos para analisar a movimentação no centro da cidade, contando com o centro histórico, podemos notar como algumas partes são menos movimentadas, mesmo tendo lojas. São poucos pontos em que a movimentação é alta, como por exemplo, próximo ao quartel do 1º Batalhão da Polícia Militar da Paraíba e o Theatro Santa Roza.

Ainda nos anos de 1970, diante das grandes demolições que ocorriam no centro histórico e a decadência dos prédios, o IPHAEP (Instituto do Patrimônio, Histórico e Artístico do Estado da Paraíba) tomou algumas iniciativas para tentar reverter a situação (SHIONARA; MELO, 2010). Então “coube a ele a responsabilidade de tombar e assegurar a manutenção dos bens que fazem parte da história e da produção artística de todo Estado.” (SHIONARA; MELO, 2010, p.4). Ainda de acordo com os autores, em 1980, o IPHAEP lançou o Programa de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, com parceria junto ao Governo Federal (por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN), Ministério da Cultura, Governo da Paraíba e Governo da Espanha. Shionara e Melo (2010) ainda menciona Andrade (2004)



em que afirma que o Programa de revitalização visava trazer de volta espaços de boemia e da vida noturna no Varadouro. No entanto, analisando com a realidade atual percebemos que essa ideia não funcionou, o centro da cidade, especialmente a parte do Centro Histórico fica completamente deserto depois das 20 horas, até mesmo restaurante, lanchonetes e cafés fecham a noite.

Para tentar trazer vida novamente foram elaborados projetos com o objetivo de trazer moradores para as áreas do Centro Histórico. Projetos esses como o Programa de Reabilitação de Sítios Históricos (PRSH) de 2002 e o Projeto Moradouro em 2007 (SHIONARA; MELO, 2010), que teve uma nova edição em 2014, onde contemplaria cerca de 17 famílias (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, 2014). Diante de todos esses projetos e tentativas de resgatar a vida do Centro Histórico trouxe muita polêmica.

As idéias de cultura e “revitalização” da área central da cidade de João Pessoa, com o objetivo de transformar pequenos pedaços de um todo urbano em mercadoria pronta para o consumo resultou em uma valorização artificial do espaço urbano. Após vinte três anos de início de um programa de preservação, foi construída uma imagem de centro histórico que é reduzida à Praça Antenor Navarro, ao Largo de São Frei Pedro Gonçalves e as outras intervenções pontuais de restauração, ainda que grande parcela da área central possua elementos para que possa ser tratada política e socialmente como centro histórico. (SHIONARA, MELO, 2010, p. 5-6).

Esse pensamento demonstrado pelos autores expressa a verdade identificada pela análise de um contexto de fatos. Os projetos mencionados anteriormente não atingiram seus propósitos, o local continua sem moradores e as brigas com o povo do Porto do Capim ainda continuam. “Em dezembro de 2007, o Centro Histórico de João Pessoa foi considerado Patrimônio Cultural e Artístico do Brasil, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), pelo seu valor histórico, paisagístico e artístico.” (NOBREGA, 2013, p.72). E apesar desse passo importante ainda não é suficiente para realmente se preservar tais elementos condutores (prédios e locais tombados) de representatividade da história pessoense.

Rota de Pedestre

O projeto de Sinalização Turística para Pedestre no Centro Histórico de João Pessoa teve a primeira fase inaugurada em 5 de dezembro de 2008 em comemoração a



um ano do tombamento do Centro Histórico de João Pessoa. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2008). Dantas (2014) explana que o roteiro foi uma parceria entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) e o Ministério do Turismo (Mtur). Segundo Elzário Pereira, secretário executivo de turismo da época, “O projeto inicial foi concebido pela Comissão Permanente do Centro Histórico e posteriormente passou por uma reavaliação dos técnicos da Setur” (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2008). O roteiro é constituído de dois circuitos, conhecidos como cidade alta e cidade baixa, guiado por 162 placas de sinalização, contendo informações sobre o monumento e/ou lugar.

Segundo Dantas (2014), o roteiro tem o objetivo de permitir que os visitantes tenham um maior contato, direto e mais direcionado com o Centro Histórico,

Disponibilizando informações de tal forma que permita, a critério dos interesses dos possíveis grupos, acessar os diversos monumentos e vivenciar de forma agradável tanto o patrimônio cultural quanto o natural. (SETUR, 2008, APUD, DANTAS, 2014).

Para facilitar toda a dinâmica da rota a Secretaria de Turismo (Setur) lançou em 26 de Abril de 2010 um folder explicativo (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2010). Esse material era disponibilizado pela própria secretaria nos pontos de apoio ao turista, no entanto nos dias atuais o folder não está mais em circulação. O folder continha um mapa com os dois circuitos (cidade alta e cidade baixa) traçados com lista de todos os prédios e praças no roteiro, possuía informações sobre os horários de funcionamento de alguns desses pontos históricos e ainda uma breve apresentação da rota nos idiomas português e inglês.

...Os imóveis e locais tombados representam e fazem parte de mais de 400 anos de história da cidade e são prédios representativos dos vários períodos da história de João Pessoa: o barroco, o rococó, o estilo maneirista, a arquitetura colonial e eclética, e o *art-nouveau* e o *art-decor*. [...] Através das 72 placas direcionais e 90 placas interpretativas (placas externas e internas de monumentos, placas de mirante e placas de área tombada) o visitante poderá se abastecer de diversas informações a respeito de datas de construção dos monumentos, estilos arquitetônicos, o que se passava em cada época. (SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, 2010).

De acordo com o folder lançado pela Setur em 2010, os roteiros estão especificados no quadro a seguir:

Quadro 1 – Roteiros da Rota de Pedestre

Roteiro Cidade Baixa	Roteiro Cidade Alta
Largo de São Frei Pedro Gonçalves Placa de Mirante – Hotel Globo	Parque Solon de Lucena Praça Dom Adalto



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

Hotel Globo (Mirante) Estação Ferroviária Igreja de São Frei Pedro Gonçalves Memorial da Arquitetura Paraibana Praça Anthenor Navarro (Área Tombada) Associação Comercial da Paraíba Theatro Santa Roza Praça Pedro Américo (Área Tombada) Batalhão da Polícia Militar da Paraíba Paço Municipal, Comando da Polícia Militar da Paraíba Grupo Escolar Thomas Mindello Mirante – Viaduto Dorgival Terceiro Neto Antigo Biblioteca Pública Estadual Casa Sobrado de Peregrino de Carvalho Igreja da Misericórdia Praça Rio Branco Casa do Erário Solar do Conselheiro Academia Paraibana de Letras Conjunto Franciscano Praça São Francisco Antiga Casa dos Padres Placa do Mirante – Casa da Pólvora Casa da Pólvora Antiga Fábrica de Vinhos Tito Silva Loja Maçônica Grande Oriente da Paraíba	Igreja de Santa Teresa da Ordem Terceira do Carmo Igreja de Nossa Senhora do Carmo Arquidiocese da Paraíba Casarão 34 Casarão dos Azulejos Solar do Conselheiro Academia Paraibana de Letras Praça São Francisco Conjunto Franciscano Antiga Casa dos Padres Casa da Pólvora Antigo Colégio de Nossa Senhora das Neves Praça Dom Ulrico Catedral Basílica Nossa Senhora das Neves Igreja e Mosteiro de São Bento Sobrado de Virginius da Gama e Mello Loja Maçônica Branca Dias Viaduto Dorgival Terceiro Neto Antiga Biblioteca Pública Estadual Casa Sobrado de Peregrino de Carvalho Igreja da Misericórdia Antigo Colégio dos Jesuítas Palácio da Redenção Praça Venâncio Neiva Academia de Comércio Eptácio Pessoa Tribunal de Justiça e Praça João Pessoa
---	--

Fonte:Secretaria Municipal de Turismo, 2010

O roteiro cidade baixa tem início no parque Sólon de Lucena, e tem como foco o antigo Porto do Capim. Ao percorrer o roteiro é possível conhecer pontos turísticos como, o largo de São Frei Pedro Gonçalves, que foi restaurado pelo PRODETUR (Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo) bem como a praça Antenor Navarro, também é possível conhecer a placa do mirante no hotel Globo e o Hotel Globo, a estação ferroviária, a Igreja de São Frei Pedro Gonçalves a única igreja que constitui a cidade baixa, a Praça Antenor Navarro, a associação comercial que em conjunto com outras edificações constituem um dos importantes conjuntos ecléticos da cidade (DANTAS, 2014). A rota cidade baixa conta com vinte oito paradas históricas, seguindo abaixo as figuras de alguns pontos turísticos que constituem o roteiro:



Figura 1: Praça Antenor Navarro



Fonte: <http://www.matraqueando.com.br/>, 2017.

Figura 2: Theatro Santa Roza



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Figura 3: Conjunto São Francisco



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Figura 4: Mirante Hotel Globo



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

O roteiro cidade alta, assim como a cidade baixa tem o seu início no Parque Sólton de Lucena, onde seu foco é interligar os três conjuntos religiosos que constituem o período colonial, são eles, o Beneditino, Carmelita e o Jesuíta, o roteiro ainda possui, a Praça Dom Adauto, a Igreja de Santa Teresa da Ordem Terceira do Carmo, o Casarão 34, o Casarão dos Azulejos, dentre outros, constituindo vinte oito paradas históricas(DANTAS, 2014).Algumas imagens desses pontos turísticos que constituem o roteiro, podem ser vistas a seguir:



Figura 5: Parque Sólón de Lucena



Fonte: <http://viagemarquitectura.com.br/> 2017.

Figura 6: Casarão dos azulejos



Fonte: <https://www.wsc.com.br/> 2017.

Figura 7: Academia Paraibana de Letras



Fonte: <http://leocadio.wikispaces.com/> 2017.

Figura 8: Casa da Pólvora



Fonte: <https://www.tripadvisor.com.br/> 2017.

Além dos folders foram distribuídas 162 placas de sinalização turística, sendo “78 Placas Direcionais, 07 Placas de Bronze indicando Monumentos Federais, 28 Placas Internas de Monumento, 35 Placas Externas de Monumento, 3 Placas de Mirante e 11 Placas de Área Tombada”(NOBREGA, 2013, p. 74).

Atualmente sabe-se que a rota já não tem o mesmo encanto de antes, como já falado anteriormente os mapas não eram mais distribuídos nos pontos de informações turísticas, e diante da falta de manutenção nas placas, pensou-se que a rota tinha sido abandonada pela Setur. No entanto, em entrevista com uma representante do órgão, foi informado que a rota não foi extinta, inclusive a Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI) possui um projeto de reorganizar a rota e pretende reformar algumas placas degradadas e incluir algumas que não existiam antes. Porém, de acordo com a entrevistada o projeto está parado por conta da verba limitada.



Algumas dessas alterações na rota já foram realizadas, ao exemplo do panfleto, que passou por uma repaginada, passando a ter o formato de um livreto, adicionando informações sobre alguns pontos turísticos do centro históricos. Nessa nova fase a rota da cidade baixa foi praticamente extinta, a qual antes possuía 28 pontos a serem visitados atualmente foram espantosamente diminuídas para apenas 4 pontos (quadro 2). Já a cidade alta teve poucas modificações, de 28 restaram 20, e houve uma mudança na direção da rota. Um fato curioso observado é que a rota da cidade alta inicia e termina no Parque Solon de Lucena, no entanto, com a reforma da Lagoa a placa que dá início a rota foi retirada.

Quadro 2 – Novo trajeto da Rota de Pedestre

Roteiro Cidade Baixa	Roteiro Cidade Alta
Hotel Globo Igreja de São Frei Pedro Gonçalves Praça Antenor Navarro Fábrica de Vinho Tito Silva	Parque Solon de Lucena Igreja de Santa Teresa da Ordem Terceira do Carmo Igreja de Nossa Senhora do Carmo Arquidiocese da Paraíba Casarão 34 Casarão dos Azulejos Solar do Conselheiro Academia Paraibana de Letras Igreja São Francisco Casa da Pólvora Catedral Nossa Senhora das Neves Igreja e Mosteiro de São Bento Igreja da Misericórdia Theatro Santa Roza Paço Municipal Faculdade de Direito Palácio da Redenção Pavilhão do Chá Tribunal de Justiça Praça João Pessoa

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Ainda tentando entender a razão da rota já não ser mais realizadas pelos turistas e até mesmo pelos moradores, foi levantada a hipótese, que o motivo poderia ser a situação degradante tanto dos prédios quanto das placas. Para a entrevistada esses fatores com certeza têm sua importância, mas o fator decisivo para que as pessoas não optem pela rota de pedestre é a falta de segurança da maioria dos pontos. E o tema segurança é uma questão geral, um problema que envolve todas as partes da cidade no

Brasil inteiro, e contra a insegurança se faz necessário uma ação de outros setores públicos.

Considerações finais

Apesar de toda polêmica sobre a definição do que seriam patrimônio e patrimônio cultural, um ponto é comum entre eles é a importância de ser preservado e passado às gerações futuras. João Pessoa, umas das três cidades mais antigas do Brasil, possui um acervo arquitetônico de vários estilos (o barroco, o rococó, o estilo maneirista, a arquitetura colonial e eclética, e o art-nouveau e o art-decor), adquiridos durante mais de 4 centênários. Como uma medida para assegurar a preservação dos prédios históricos no centro de João Pessoa-PB, o IPHAN tombou muitos desses prédios, denominando-se Centro Histórico. Em 5 de Dezembro de 2008 foi inaugurada a rota de pedestres, que possibilita um passeio pelo centro histórico da capital paraibana, proporcionando uma experiência exuberante diante dos monumentos representantes da história da cidade. Mas, com o passar de poucos anos não se ouvia mais falar sobre a rota de pedestre e o mapa da rota saiu de circulação.

Diante disso o objetivo desse estudo consistiu em conhecer um pouco mais sobre a “rota de pedestres” e analisar os motivos pelos quais ela não é mais utilizada e ver a possibilidade de ser reimplantada. Para tal foram realizadas pesquisas documentais e bibliográficas, além de uma entrevista com uma representante do órgão Setur. De acordo com a Secretaria Municipal de Turismo, a rota de pedestre nunca deixou de existir, apesar do mapa não está mais em circulação. Atualmente a DDI (Diretoria de Desenvolvimento Institucional) está com um projeto de reformulação e reorganização da rota. No novo projeto muitos dos prédios que estavam dentro da rota foram retirados, na rota da cidade baixa de 28 pontos passou a ser composta por apenas 4 e a rota da cidade alta de 28 foi reduzido a 20, alguns prédios em má condições de preservação foram excluídos da rota.

No entanto, a reimplantação da rota não vai ser fácil, o projeto possui alguns desafios, dois deles são revitalização das placas de sinalização e a segurança das ruas do Centro Histórico. Segundo a informante da secretaria de turismo o projeto não está em fase de implantação pois não há verba disponível. O mais complexo desses desafios é justamente a segurança, pois é um fator que não depende da Setur mais sim da



Prefeitura como um todo. Mesmo com suas reduções a rota de pedestre ainda é importante, pois ainda pode transmitir um pouco de conhecimento sobre a história de João Pessoa, e fomentar o turismo cultural na cidade proporcionando ao visitante uma viagem ao passado, mantendo a história viva.

Referências

- ALFONSO, Maria José Pastor. El Patrimonio Cultural Como Opción Turística. Universidade de Alicante– Espanha. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a05.pdf>>. Acesso em: 19 de Abr de 2017.
- BRAMBILLA, A. Cultura e Enoturismo: um estudo na Região Demarcada do Douro. Portugal: NEA, 2015.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Constituição Federal artigo 216. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf>. Acesso em: 19 de Abr de 2017.
- DANTAS, Zelândio Ferreira. GEOGRAFIA, PERCEPÇÃO E TURISMO: uma análise integrada do Roteiro para Pedestres no Centro Histórico de João Pessoa. (Monografia). Universidade Federal da Paraíba. 2014. Disponível em: <<http://rei.biblioteca.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/820/3/ZFD06102014.pdf>>. Acesso em: 19 de Abr. de 2017.
- ENDRES, Ana Vália; OLIVEIRA, Carla Mary S.; MENEZES, Daniele Abrantes. Turismo no Centro Histórico de João Pessoa: Revitalização, Planejamento e Não-Lugar. Revista Eletrônica de Turismo Cultural. 2007. Disponível em: <www.eca.usp.br/turismocultural/carla.pdf>. Acesso em: 18 de Abri. de 2017.
- FONSECA, João José Saraiva da. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.
- GIL, Lima Robledo. Tipos de pesquisa. 2008. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf>>. Acesso em: 29 de Abr de 2017.
- GOMES, Mariana Elias. Patrimônio Cultural e Turismo: Estudo de caso sobre a relação entre o órgão ARP Schinitger e a população local de Mariana, MG. (artigo) III enecult. 2007. Salvador- Bahia. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/MarianaEliasGomes.pdf>>. Acesso em: 20 de Abr. de 2017.
- KÖHLER, André Frontan; DURAND, José Carlos Garcia. Turismo cultural: conceituação, fontes de crescimento e tendências. Revista Turismo-Visão e Ação. 2007, Vol. 9. n.2.p. 185-198.



LEANDRO, Aldo Gomes. O turismo em João Pessoa e a construção da imagem da cidade. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2006. Disponível em:

<http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/aldo_leandro.pdf> . Acesso em: 20 de Abri. de 2017.

LEMOS, Carlos. A. C. O que é patrimônio histórico. Ed. Brasiliense, 1981. São Paulo. Disponível em:

<http://www.lacior.org/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=53>. Acesso em: 19 de Abr de 2017.

MESTRADO PATRIMONIO CULTURAL. O que é patrimônio cultural? Patrimônio histórico? Patrimônio Ambiental ou Natural? 2009. Disponível em:

<<http://coral.ufsm.br/ppgppc/index.php/duvidas-e-dicas/78-patrimonio-historico-cultural-e-ambiental-natural>>. Acesso em: 19 de Abr de 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Turismo Cultural: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

NOBREGA, Lara Santana Santos da. O desvelar do Centro Histórico de João Pessoa pelo turista/flâneur. (Dissertação de Mestrado) Universidade de Brasília. Brasília. 2013. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15052/1/2010_LaraSantinaSantosdaNobrega.pdf>. Acesso em: 23 de Abr. de 2017.

PATRIMÔNIO CULTURAL. Org. Patrimônio Cultural. 2009. Disponível em:

<http://www.lacior.org/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=53>. Acesso em: 19 de Abr de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. Centro Histórico ganha sinalização turística e selo comemorativo. 2008. Disponível em:

<<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/centro-historico-ganha-sinalizacaoturistica-e-selo-comemorativo/>>. Acesso em: 19 de Abr. de 2017.

_____. PMJP lança folder de sinalização do Centro Histórico para pedestre. 2010. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/pmjp-lanca-folder-de-sinalizacaodo-centro-historico-para-pedestre/>>. Acesso em: 19 de Abr. de 2017.

_____. Prefeitura abre inscrições para o Projeto Moradouro no Centro Histórico. 2014. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/prefeitura-abre-inscricoes-para-projeto-moradouro-no-centro-historico/>>. Acesso em: 23 de Abri. de 2017.

_____. Secretaria Municipal de Turismo. João Pessoa. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/setur/>>. Acesso em: 04 de Maio de 2017.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In : **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. Atlas 2006.

SCHNEIDER, Seibert Cristina. Turismo cultural: Uma proposta de preservação do patrimônio material. Centro de ensino superior Cenecista de Farroupilha -Cesf. 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO. Roteiros para pedestre no centro histórico de João Pessoa.2010.

SHIONARA, Akeme; MELO, Tadeu de Brito. Centro Histórico de João Pessoa: tombamento, restauração, “revitalização” e reinserção do uso habitacional.XVI Encontro Nacional dos Geógrafos – **Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças – Espaços de Diálogos e Práticas**. Porto Alegre. 2010. Disponível em: <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=1013>. Acesso em: 18 de Abr. de 2017.

SILVA, Elsa Peralta da.Patrimônio e identidade: Os desafios do turismo cultural. Universidade técnica de Lisboa. Antropológicos. 2000, n. 4. (Artigo). Disponível: <<http://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/932/734>>. Acesso em: 21 de Abr de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. História de João Pessoa.2000. Disponível em: <<http://www.de.ufpb.br/~ronei/JoaoPessoa/histor.htm>>. Acesso em: 18 de Abr. de 2017.